

Cid Tomanik Pompeu

# **DIREITO DE ÁGUAS NO BRASIL**

Apresentação  
J. CRETELLA JR

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS



<http://bdjur.stj.gov.br>

**Localização: 347.247(81)**

**P788d**

**Código de barras: STJ00064649**

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Pompeu, Cid Tomanik

Direito de águas no Brasil / Cid Tomanik Pompeu. - São Paulo: Editora  
Revista dos Tribunais, 2006.

ISBN 85-203-2883-0

1. Direito de águas - Brasil - Comentários I. Título.

06-3951

CDU-347.247(81) (094.46)

índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Direito de águas  
comentado 347.247(81)(094.46)



## SUMÁRIO

|                                |    |
|--------------------------------|----|
| APRESENTAÇÃO – J. CRETELLA JR. | 7  |
| SOBRE O AUTOR                  | 9  |
| ABREVIATURAS                   | 27 |
| INTRODUÇÃO                     | 35 |

### PARTE I

|  |    |
|--|----|
| 1. O DIREITO DE AGUAS  | 39 |
| 1.1 O conceito de direito de águas   | 39 |
| 1.2 As regiões secas e as regiões úmidas   | 39 |
| 1.3 Os principais sistemas de direito de águas vigentes                          | 40 |
| 2. OS ASPECTOS CONSTITUCIONAIS   | 42 |
| 2.1. As Constituições Brasileiras anteriores a 1988                              | 42 |
| 2.1.1 A Constituição Política do Império do Brasil de 1824                       | 42 |
| 2.1.2 A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891           | 42 |
| 2.1.3 A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934           | 42 |
| 2.1.4 A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937                        | 43 |
| 2.1.5 A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946                        | 43 |
| 2.1.6 A Constituição do Brasil de 1967   | 43 |
| 2.1.6.1 A EC 1/1969: Constituição da República Federativa do Brasil              | 44 |
| 2.2 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988                     | 44 |
| 2.2.1 Os direitos e as garantias fundamentais                                    | 44 |
| 2.2.2 O domínio hídrico nacional   | 45 |
| 2.2.3 A participação ou compensação financeira nos aproveitamentos hidrelétricos | 45 |
| 2.2.4 As regiões Centro-Oeste e Nordeste   | 45 |
| 2.2.5 As regiões de baixa renda sujeitas a secas periódicas                      | 46 |
| 2.2.6 Os serviços e as instalações de energia elétrica                           | 46 |
| 2.2.7 A distribuição constitucional de competências                              | 46 |
| 2.2.7.1 A repartição de competências   | 46 |
| 2.2.7.2 A competência para legislar sobre águas e a criação do direito           | 47 |
| 2.2.7.3 A competência estadual e do Distrito Federal sobre águas                 | 48 |



|   |    |
|---|----|
| 2.2.7.4 A competência geral e a privativa no tocante às águas               | 49 |
| 2.2.7.5 A competência comum   | 50 |
| 2.2.7.6 A competência legislativa concorrente                               | 50 |
| 2.2.8 A classificação e o domínio das águas                                 | 52 |
| 2.2.8.1 O domínio hídrico da União  | 52 |
| 2.2.8.1.1 Os terrenos marginais e as praias                                 | 54 |
| 2.2.8.2 O domínio hídrico dos Estados                                       | 55 |
| 2.2.8.3 O domínio hídrico do Distrito Federal                               | 58 |
| 2.2.8.3.1 A situação anterior à Constituição de 1891                        | 58 |
| 2.2.8.3.2 A zona de 14.400 km <sup>2</sup> prevista na Constituição de 1891 | 59 |
| 2.2.8.3.3 As disposições do Código Civil de 1916                            | 59 |
| 2.2.8.3.4 A zona de 14.400 km <sup>2</sup> (1922)                           | 60 |
| 2.2.8.3.5 As disposições da Constituição de 1934                            | 60 |
| 2.2.8.3.6 O domínio hídrico e o Código de Águas de 1934                     | 60 |
| 2.2.8.3.7 O domínio das águas na zona de 14.400km <sup>2</sup>              | 62 |
| 2.2.8.3.8 A redução da zona de 14.400 km <sup>2</sup> (1953)                | 63 |
| 2.2.8.3.9 As doações de terras pelo Estado de Goiás (1955)                  | 63 |
| 2.2.8.3.10 A instituição da Novacap (1956)                                  | 64 |
| 2.2.8.3. As terras no Distrito Federal                                      | 64 |
| 2.2.8.3.12 As águas no Distrito Federal                                     | 65 |
| <br>  |    |
| 3. OS BENS PÚBLICOS NO DIREITO BRASILEIRO                                   | 67 |
| 3.1 O regime jurídico dos bens públicos?                                    | 67 |
| 3.1.1 O Código Civil de 2002  | 67 |
| 3.1.2 O uso dos bens públicos   | 69 |
| 3.1.3 A distinção entre água e recurso hídrico                              | 71 |
| <br>  |    |
| 3.2 Os critérios jurídicos para a definição do domínio dos cursos de água   | 72 |
| 3.2.1 Os aspectos constitucionais   | 75 |
| 3.2.2 O princípio federativo que rege a matéria                             | 76 |
| 3.2.3 A interpretação do texto constitucional                               | 77 |
| 3.2.4 A interpretação literal dos textos legais                             | 78 |
| <br>  |    |
| 3.3 Os critérios técnicos para a definição do domínio dos cursos de água    | 79 |
| 3.3.1 A toponímia brasileira  | 79 |
| 3.3.2 O conceito de rio   | 79 |
| 3.3.3 O conceito de curso ou corrente de água                               | 81 |
| 3.3.4 Os aspectos geomorfológicos   | 82 |
| 3.3.5 Os critérios técnicos   | 83 |



|  |     |
|--|-----|
| 3.4 Os lagos artificiais   | 85  |
| 3.4.1 Os bens públicos e os bens privados                                      | 85  |
| 3.4.2 O domínio lacustre   | 87  |
| 3.4.3 Os lagos no direito estrangeiro  | 92  |
| 3.4.4 A jurisprudência brasileira  | 97  |
| 3.5 As ilhas fluviais e lacustres  | 102 |
| 3.5.1 O conceito de ilha   | 102 |
| 3.5.2 As ilhas do domínio da União   | 102 |
| 3.5.3 As ilhas do domínio dos Estados  | 102 |
| 3.5.4 Os critérios para a verificação da dominialidade                         | 103 |
| 3.5.5 A evolução constitucional  | 107 |
| 3.5.6 As regras sobre o domínio das ilhas fluviais e lacustres                 | 107 |
| 4. O USO DAS ÁGUAS PÚBLICAS  | 109 |
| 4.1 Os aspectos jurídicos do uso das águas públicas                            | 109 |
| 4.1.1 As manifestações da Administração Pública                                | 109 |
| 4.1.1.1 Os atos administrativos vinculados                                     | 111 |
| 4.1.1.2 Os atos administrativos discricionários                                | 112 |
| 4.1.2 As formas jurídicas de anuência do Poder Público                         | 113 |
| 4.1.2.1 As concessões, permissões e autorizações administrativas e as licenças | 114 |
| 4.1.2.2 A cessão de uso de espaços físicos                                     | 115 |
| 4.1.3 A outorga do direito de uso das águas                                    | 115 |
| 4.1.4 As outorgas preventivas  | 116 |
| 4.1.5 Os potenciais hidráulicos  | 116 |
| 4.1.6 A declaração de reserva de disponibilidade hídrica                       | 117 |
| 4.1.7 O aproveitamento ótimo   | 119 |
| 4.1.8 A revogação das outorgas destinadas a serviços públicos                  | 119 |
| 4.1.9 A travessia de corpos de água por linhas de transmissão                  | 120 |
| 4.2 As reservas de água  | 120 |
| 4.2.1 O conceito de reserva de água  | 121 |
| 4.2.2 As águas públicas na história  | 121 |
| 4.2.3 As reservas de águas no direito estrangeiro                              | 123 |
| 4.2.4 A legislação pátria  | 129 |
| 4.3 Os grandes barramentos   | 131 |
| 4.3.1 Os riscos associados a barragens   | 131 |
| 4.3.2 O conceito de risco  | 131 |
| 4.3.3 A responsabilidade por danos   | 132 |
| 4.3.3.1 A evolução da responsabilidade privada                                 | 132 |
| 4.3.3.2 A evolução da responsabilidade civil do Estado                         | 134 |



|   |     |
|---|-----|
| 4.3.3.3 A responsabilidade penal  | 135 |
| 4.3.3.4 A responsabilidade administrativa   | 135 |
| 4.3.4 O direito brasileiro aplicável a barragens  | 136 |
| 4.3.4.1 As previsões do Código de Águas de 1934   | 136 |
| 4.3.4.2 As previsões do Código Florestal de 1965  | 136 |
| 4.3.4.3 A destoca e limpeza de bacias hidráulicas   | 136 |
| 4.3.4.4 Os reservatórios e a Política Nacional de Recursos Hídricos                             | 137 |
| 4.3.4.5 Aquicultura em depósitos de água decorrentes de obras da União                          | 137 |
| 4.3.4.6 As áreas indígenas  | 138 |
| 4.3.4.7 O licenciamento ambiental de barragens  | 139 |
| 4.3.4.8 A Política-Agrícola do País (1991)  | 139 |
| 4.3.4.9 As medidas de proteção à fauna aquática   | 139 |
| 4.3.4.10 A ação civil pública ambiental   | 140 |
| 4.3.4.11 O Código Penal de 1940   | 140 |
| 4.3.5 As previsões de autoria técnica em barragens no Brasil                                    | 140 |
| 4.3.5.1 O Estado de São Paulo   | 140 |
| 4.3.5.2 O Grupo de Trabalho no Governo Federal  | 141 |
| 4.3.6 A Secretaria Nacional de Defesa Civil/MIN   | 142 |
| 4.3.7 O Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica (CERTOH), emitido pela ANA | 142 |
| <br>  |     |
| 5. O DIREITO AMBIENTAL  |     |
| 5.1 Os antecedentes do direito ambiental  | 144 |
| 5.1.1 A legislação com repercussão ambiental  | 144 |
| 5.1.2 A legislação ambiental  | 145 |
| 5.1.3 O Direito ambiental   | 145 |
| 5.1.4 A evolução legislativa brasileira   | 146 |
| 5.1.5 As diferenças entre o controle ambiental e o gerenciamento das águas                      | 147 |
| <br>  |     |
| 6. A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA APLICÁVEL ÀS ÁGUAS   | 149 |
| 6.1 A situação no Brasil antes do Código de Águas   | 149 |
| <br>  |     |
| 6.2 O Código de Águas de 1934   | 151 |
| 6.2.1 A derivação de águas públicas de uso comum  | 152 |
| 6.2.2 A identificação das águas públicas  | 154 |
| 6.2.3 As quedas d'água  | 155 |
| 6.2.4 As tentativas de atualização do Código  | 156 |
| 6.2.5 A aplicabilidade dos arts. 1º a 138 do Código de Águas                                    | 158 |
| <br>  |     |
| 6.3 O Código Penal de 1940  | 211 |



|   |     |
|---|-----|
| 6.4 As águas subterrâneas   | 211 |
| 6.4.1 O conceito de água subterrânea  | 211 |
| 6.4.2 A evolução histórica  | 213 |
| 6.4.3 O direito moderno   | 214 |
| 6.4.4 As disposições anteriores à Constituição Federal de 1988                                  | 216 |
| 6.4.5 As águas subterrâneas no Código de Águas de 1934  | 217 |
| 6.4.6 As águas subterrâneas no Código de Águas Minerais de 1940                                 | 218 |
| 6.4.7 As águas subterrâneas no Código de Mineração de 1967                                      | 221 |
| 6.4.8 As águas subterrâneas e os Planos de Recursos Hídricos                                    | 222 |
| 6.4.9 O Projeto de Lei 7.127-C/1986, sobre águas subterrâneas,<br>retirado pelo Poder Executivo | 222 |
| 6.4.10 O Aquífero Guarani   | 224 |
| 6.5 As águas meteóricas ou atmosféricas   | 225 |
| 6.6 A Política Nacional de Irrigação e seu Regulamento (1979)                                   | 225 |
| 6.7 A Política Nacional e o Sistema Nacional de Gerenciamento<br>de Recursos Hídricos           | 227 |
| 7. A GESTÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DAS ÁGUAS  | 230 |
| 7.1 Os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos                                   | 230 |
| 7.1.1 O Plano Nacional de Recursos Hídricos   | 230 |
| 7.1.2 Os planos na Lei 9.433/1997   | 233 |
| 7.1.3 As outorgas de direito de uso dos recursos hídricos                                       | 241 |
| 7.1.3.1 Os pedidos de outorga de direito de uso e preventivas<br>perante a ANA                  | 251 |
| 7.1.3.2 A outorga de uso das águas dos reservatórios hidrelétricos                              | 251 |
| 7.2 O controle da quantidade  | 252 |
| 7.3 O controle da qualidade   | 253 |
| 7.3.1 A classificação e o enquadramento das águas quanto à<br>qualidade                         | 253 |
| 7.3.2 O CNRH é o enquadramento de corpos de água  | 254 |
| 7.3.3 As outorgas relativas à qualidade, na Lei 9.433/1997                                      | 255 |
| 7.3.4 O Conama e a balneabilidade das águas   | 255 |
| 7.3.5 O Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes)                                   | 255 |
| 7.4 O controle dos demais usos  | 258 |
| 7.4.1 As águas jurisdicionais brasileiras, os portos e a navegação<br>fluvial                   | 258 |
| 7.4.2 O Plano Nacional de Viação (PNV) (1973)   | 259 |
| 7.4.3 O Sistema Hidroviário Nacional  | 259 |
| 7.4.4 A Agência Nacional de Transportes-Aquaviários (Antaq)                                     | 260 |



|  |     |
|--|-----|
| 7.4.5 O Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT)   | 262 |
| 7.4.6 Comando da Marinha   | 263 |
| 7.5 As infrações e sanções na Lei 9.433/1997                             | 265 |
| 7.6 O Projeto de Lei 1.616/1999: gestão e organização do SNGRH           | 266 |
| 7.7 A auditoria operacional do Tribunal de Contas da União (TCU)         | 269 |
| <br>   |     |
| 8. A COBRANÇA PELO USO DAS ÁGUAS   | 271 |
| 8.1 As dimensões da cobrança   | 271 |
| 8.1.1 O usuário-pagador e o poluidor-pagador                             | 271 |
| 8.1.2 As soluções regionais  | 271 |
| 8.1.3 As disposições do Código de Águas de 1934                          | 273 |
| 8.1.4 O direito brasileiro moderno                                       | 273 |
| 8.1.5 A cobrança pelo uso das águas e a Lei 9.433/1997                   | 274 |
| 8.1.6 A natureza jurídica da contraprestação pelo uso das águas públicas | 276 |
| 8.1.7 Os critérios gerais para cobrança                                  | 280 |
| <br>   |     |
| 9. A FLORA E A FAUNA AQUÁTICAS   | 284 |
| 9.1 A proteção da flora e da fauna aquáticas                             | 284 |
| 9.1.1 As matas ciliares  | 284 |
| 9.1.2 O Código Florestal de 1965   | 285 |
| 9.1.3 A Política Nacional do Meio Ambiente (1981)                        | 287 |
| 9.1.4 As Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico    | 287 |
| 9.1.5 O licenciamento ambiental de obras hidráulicas                     | 287 |
| 9.1.6 A pesca e a aquicultura  | 287 |
| 9.1.7 A fiscalização e o uso racional dos recursos naturais              | 289 |
| 9.1.8 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação(SNUC)                | 289 |
| 9.1.9 As APPs de reservatórios artificiais: regime de uso                | 291 |
| 9.1.10 As APPs: parâmetros, definições e limites                         | 293 |
| <br>   |     |
| 10. AS AÇÕES LESIVAS AO AMBIENTE   | 296 |
| 10.1 Os crimes ambientais  | 296 |
| 10.1.1 Os crimes contra a qualidade das águas                            | 296 |
| 10.1.2 Os crimes contra a flora  | 297 |
| 10.1.3 Os crimes contra a fauna  | 298 |
| <br>   |     |
| 10.2 As infrações administrativas ambientais                             | 298 |
| 10.2.1 As sanções para as infrações administrativas ambientais           | 298 |
| <br>   |     |
| 10.3 O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)                             | 299 |





|  |     |
|--|-----|
| 10.4 O princípio da precaução  | 300 |
| 11. O SANEAMENTO AMBIENTAL   | 301 |
| 11.1 O saneamento básico   | 301 |
| 11.1.1 A expressão saneamento básico                                     | 301 |
| 11.1.2 O abastecimento de água e o esgotamento sanitário:<br>competência | 303 |
| 11.1.3 A remuneração dos serviço   | 305 |
| 11.1.4 Os padrões de potabilidade da água destinada a consumo<br>humano  | 305 |
| 11.1.5 Os Projetos de Lei do Senado arquivados em 06.01.2004             | 306 |
| 11.1.6 Os Projetos de Lei apresentados na Câmara Federal                 | 307 |
| 12. AS ÁGUAS EM TERRAS INDÍGENAS   | 308 |
| 12.1 Os recursos naturais em terras indígenas                            | 308 |
| 12.1.1 Os índios na Constituição Federal de 1988                         | 308 |
| 12.1. 2 O Estatuto do índio de 1973                                      | 308 |
| 12.1.3 As reservas indígenas   | 309 |

### PARTE III

|   |     |
|---|-----|
| 13. A ADMINISTRAÇÃO NO CAMPO HÍDRICO                                      | 311 |
| 13.1 As considerações preliminares  | 311 |
| 13.1.1 Os condicionantes da organização administrativa brasileira         | 311 |
| 13.1.1.1 A Administração Federal  | 312 |
| 13.1.1.2 A Administração Estadual e a Distrital                           | 312 |
| 13.1.1.3 Os princípios estabelecidos pela Constituição Federal<br>de 1988 | 312 |
| 13.1.1.4 As limitações constitucionais                                    | 313 |
| 13.2 O sistema federativo brasileiro                                      | 313 |
| 13.3 O gerenciamento de recursos hídrico                                  | 313 |
| 13.4 A liberação de recursos federais e estaduais                         | 314 |
| 13.5 O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos<br>(SNGRH)  | 314 |
| 13.5.1 O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)                    | 316 |
| 13.5.1.1 A representação dos Estados o CNRH                               | 321 |
| 13.5.2 A Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), do MMA                    | 322 |
| 13.5.3 A Agência Nacional de Águas (ANA)                                  | 323 |
| 13.5.3.1 Os contratos de gestão   | 328 |
| 13.5.3.2 As obras hidráulicas da União                                    | 329 |



|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| 13.5.3.3  | As competências da ANA: visão global                              | 330 |
| 13.5.3.4  | A outorga preventiva e a reserva de água                          | 333 |
| 13.5.3.5  | Os setenta e cinco centésimos da compensação financeira           | 333 |
| 13.5.3.6  | As ações fiscalizadoras da ANA                                    | 333 |
| 13.5.4    | A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)                    | 335 |
| 13.5.5    | A Empresa de Pesquisa Energética (EPE)                            | 338 |
| 13.5.6    | A Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica do MIN                    | 339 |
| 13.5.7    | (O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)         | 340 |
| 13.5.8    | A Codeasf   | 342 |
| 13.5.9    | Os Comitês de Bacias Hidrográficas                                | 342 |
| 13.5.9.1  | Os conceitos de bacia hidrográfica                                | 342 |
| 13.5.9.2  | A codificação das bacias hidrográficas                            | 344 |
| 13.5.9.3  | A gestão do território por vales ou bacias hidrográficas          | 350 |
| 13.5.9.4  | A gestão das águas por bacias hidrográficas                       | 357 |
| 13.5.9.5  | Os comitês de bacia hidrográfica na França 1964                   | 358 |
| 13.5.9.6  | O Comitê do Acordo MME-GESP(1976)                                 | 360 |
| 13.5.9.7  | O CEEIBH e seus Comitês Executivos (1978)                         | 362 |
| 13.5.9.8  | O CEEIBH de Minas Gerais (1979)                                   | 366 |
| 13.5.9.9  | Os Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo         | 366 |
| 13.5.9.10 | Os Comitês federal para ou de integração de bacias hidrográficas  | 368 |
| 13.5.9.11 | Os Comitês de Bacias Hidrográficas no SNGRH                       | 370 |
| 13.5.10   | Os Comitês de Bacias Hidrográficas de correntes da Lei 9.433/1997 | 371 |
| 13.5.11   | As diretrizes federais: Comitês de Bacias Hidrográficas (2000)    | 373 |
| 13.5.12   | As Agências de Água na Lei 9.433/1997                             | 378 |
| 13.5.13   | As organizações civis de recursos hídricos                        | 380 |
| 14.       | OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL                                   | 381 |
| 14.1      | As Constituições Estaduais e a Lei Orgânica do Distrito Federal   | 382 |
| 14.1.1    | A Constituição do Acre  | 382 |
| 14.1.2    | A Constituição de Alagoas   | 383 |
| 14.1.3    | A Constituição do Amapá   | 384 |
| 14.1.4    | A Constituição do Amazonas  | 385 |
| 14.1.5    | A Constituição da Bahia   | 386 |
| 14.1.6    | A Constituição do Ceará   | 388 |
| 14.1.7    | A Constituição do Espírito Santo                                  | 391 |
| 14.1.8    | A Constituição de Goiás   | 392 |
| 14.1.9    | A Constituição do Maranhão  | 393 |
| 14.1.10   | A Constituição de Mato Grosso                                     | 393 |



|   |     |
|---|-----|
| 14.1.11 A Constituição de Mato Grosso do Sul        | 395 |
| 14.1.12 A Constituição de Minas Gerais              | 396 |
| 14.1.13 A Constituição do Pará                      | 397 |
| 14.1.14 A Constituição da Paraíba                   | 399 |
| 14.1.15 A Constituição do Paraná                    | 399 |
| 14.1.16 A Constituição de Pernambuco                | 400 |
| 14.1.17 A Constituição do Piauí                     | 401 |
| 14.1.18 A Constituição do Rio de Janeiro            | 402 |
| 14.1.19 A Constituição do Rio Grande do Norte       | 403 |
| 14.1.20 A Constituição do Rio Grande do Sul         | 403 |
| 14.1.21 A Constituição de Rondônia                  | 403 |
| 14.1.22 A Constituição de Roraima                   | 404 |
| 14.1.23 A Constituição de Santa Catarina            | 404 |
| 14.1.24 A Constituição de São Paulo                 | 404 |
| 14.1.25 A Constituição de Sergipe                   | 406 |
| 14.1.26 A Constituição do Tocantins                 | 408 |
| 14.1.27 A Lei Orgânica do Distrito Federal          | 408 |
| <br>  |     |
| 14.2 A legislação dos Estados e do Distrito Federal | 410 |
| 14.2.1 O Estado do Acre                             | 412 |
| 14.2.1.1 A Lei 1.500, de 15.07.2003                 | 412 |
| 14.2.2 O Estado de Alagoas                          | 413 |
| 14.2.2.1 A Lei 5.965, de 10.11.1997                 | 413 |
| 14.2.3 O Estado do Amapá                            | 414 |
| 14.2.3.1 A Lei 686, de 07.06.2002                   | 414 |
| 14.2.4 O Estado do Amazonas                         | 415 |
| 14.2.4.1 A Lei 2.712, de 28.12.2001                 | 415 |
| 14.2.5 O Estado da Bahia                            | 416 |
| 14.2.5.1 A Lei 6.855, de 12.05.1995                 | 416 |
| 14.2.5.2 A Lei 8.194, de 21.01.2002                 | 416 |
| 14.2.6 O Estado do Ceará                            | 419 |
| 14.2.6.1 A Lei 11.996, de 24.07.1992                | 419 |
| 14.2.6.2 A Lei 12.217 de 18.11.1993                 | 421 |
| 14.2.6.3 A Lei 12.524 de 19.12.1995                 | 421 |
| 14.2.6.4 .A Lei 12.532, de 21.12.1995               | 421 |
| 14.2.6.5.1 A Lei 12.664, de 30.12.1996              | 421 |
| 14.2.7 O Estado do Espírito Santo                   | 422 |
| 14.2.7.1 A Lei 5.818, de 29.12.1998                 | 422 |
| 14.2.7.2 A Lei Complementar 152, de 16.06.1999      | 422 |
| 14.2.7.3. A Lei Complementar 248, de 28.06.2002     | 422 |
| 14.2.8 O Estado de Goiás                            | 423 |
| 14.2.8.1 A Lei 13.123, de 16.07.1997                | 423 |
| 14.2.8.2 A Lei 13.583, de 11.01.2000                | 424 |
| 14.2.9 O Estado do Maranhão                         | 424 |



|   |     |
|---|-----|
| 14.2.9.1 A Lei 8.149, de 15.06.2004             | 424 |
| 14.2.10 O Estado de Mato Grosso                 | 425 |
| 14.2.10.1 A Lei 6.945, de 05.11.1997            | 425 |
| 14.2.10.2 A Lei 8.097, de 24.03.2004            | 425 |
| 14.2.11 Estado de Mato Grosso do Sul            | 425 |
| 14.2.11.1 A Lei 2.406, de 29.01.2002            | 425 |
| 14.2.11.2 A Lei 2.806, de 18.02.2004            | 427 |
| 14.2.12 O Estado de Minas Gerais                | 427 |
| 14.2.12.1 A Lei 13.199, de 29.01.1999           | 427 |
| 14.2.12.2 A Lei 13.771, de 11.12.2000           | 428 |
| 14.2.12.3 A Lei 15.910, de 21.12.2005           | 428 |
| 14.2.13 O Estado do Pará                        | 428 |
| 14.2.13.1 A Lei 6.381, de 25.07.2001            | 428 |
| 14.2.13.2 A Lei 6.710, de 14.01.2005            | 431 |
| 14.2.15 O Estado do Paraná                      | 432 |
| 14.2.15.1 A Lei 12.726, de 26.11.1999           | 432 |
| 14.2.16 O Estado de Pernambuco                  | 432 |
| 14.2.16.1 A Lei 11.426, de 17.01.1997           | 432 |
| 14.2.16.2 A Lei 11.427, de 17.01.1997           | 433 |
| 14.2.17 O Estado do Piauí                       | 433 |
| 14.2.17.1 A Lei 5.165, de 17.08.2000            | 433 |
| 14.2.18 O Estado do Rio de Janeiro              | 434 |
| 14.2.18.1 A Lei 3.239, de 02.08.1999            | 434 |
| 14.2.18.2 A Lei 4.247, de 16.12.2003            | 436 |
| 14.2.18.3 A Lei 4.248, de 16.12.2003            | 436 |
| 14.2.19 O Estado do Rio Grande do Norte         | 437 |
| 14.2.19.1 A Lei 6.908, de 1.º.07.1996           | 437 |
| 14.2.20 Estado do Rio Grande do Sul             | 438 |
| 14.2.20.1 A Lei 10.350, de 30.12.1994           | 438 |
| 14.2.20.2 A Lei 11.520, de 03.08.2000           | 439 |
| 14.2.21 O Estado de Rondônia                    | 440 |
| 14.2.21.1 A Lei Complementar 255, de 25.01.2002 | 440 |
| 14.2.21.2 O Dec. 10.114, de 20.09.2002          | 441 |
| 14.2.22 O Estado de Santa Catarina              | 441 |
| 14.2.22.1 A Lei 9.748, de 30.11.1994            | 441 |
| 14.2.23 O Estado de São Paulo                   | 442 |
| 14.2.23.1 A Lei 6.134, de 02.06.1988            | 442 |
| 14.2.23.2 A Lei 7.663, de 30.12.1991            | 444 |
| 14.2.23.3 A Lei 9.034, de 27.12.1994            | 448 |
| 14.2.23.4 A Lei 9.866, de 28.11.1997            | 449 |
| 14.2.23.5 A Lei 10.020, de 03.07.1998           | 449 |
| 14.2.23.6 A Lei 12.183, de 29.12.2005           | 449 |
| 14.2.24 O Estado de Sergipe                     | 456 |
| 14.2.24.1 A Lei 3.870, de 25.09.1997            | 456 |



|                                      |     |
|--------------------------------------|-----|
| 14.2.25 O Estado do Tocantins        | 457 |
| 14.2.25.1 A Lei 1.307, de 22.03.2002 | 457 |
| 14.2.26 O Distrito Federal           | 458 |
| 14.2.26.1 A Lei 55, de 24.11.1989    | 458 |
| 14.2.26.2 A Lei 2.725, de 13.06.2001 | 458 |

#### PARTE IV

|  |     |
|--|-----|
| 15. O PODER JUDICIÁRIO E O MINISTÉRIO PÚBLICO      | 461 |
| 15.1 O Poder Judiciário                            | 461 |
| 15.1.1 A primeira instância                        | 462 |
| 15.1.2 A segunda instância                         | 463 |
| 15.1.3 A morosidade na administração da Justiça    | 465 |
| 15.2 O Ministério Público                          | 466 |
| 15.3 As demais entidades com legitimação para agir | 467 |
| 15.4 O mandado de segurança e a ação popular       | 468 |

#### PARTE V

|   |     |
|---|-----|
| 16. OS PRINCIPAIS ATOS INTERNACIONAIS                                   | 469 |
| 16.1 A Convenção sobre a Organização Hidrográfica Internacional de 1967 | 469 |
| 16.2 O Tratado da Bacia do Prata de 1969                                | 470 |
| 16.3 O Tratado de Itaipu de 1973  | 472 |
| 16.4 O Tratado da Lagoa Mirim e O Protocolo do Rio Jaguarão de 1977     | 473 |
| 16.4.1 O Tratado da Lagoa Mirim   | 473 |
| 16.4.2 O Protocolo do Rio Jaguarão                                      | 474 |
| 16.5 O Tratado de Cooperação Amazônica(TÇA) de 1978                     | 475 |
| 16.6 O Tratado do Rio Uruguai e do Pepiri-Guaçu de 1980                 | 476 |
| 16.7 O Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Paraguai de 1987     | 476 |
| 16.8 O Tratado do Mercosul de 1991 (Tratado de Assunção)                | 476 |



|   |     |
|---|-----|
| 16.9 O Acordo da Bacia do Rio Quaraí de 1991, entre Brasil e Uruguai                                      | 477 |
| 16.10 A Convenção da Basiléia de 1992   | 478 |
| 16.11 Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento –CNUMAP - Rio 92 - Agenda 21 | 478 |
| 16.12 O Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai- Paraná 1992                                  | 478 |
| 16.13 O Acordo de Cooperação em Matéria Ambiental de 1992 entre Brasil e Uruguai                          | 479 |
| 16.14 A Convenção de Ramsar de 1993, sobre zonas úmidas   | 479 |
| 16.15 O Acordo sobre Transporte de Produtos Perigosos de 1994   | 480 |
| 16.16 O Acordo sobre a Sede do IAI de 1995  | 480 |
| BIBLIOGRAFIA  | 481 |
| ÍNDICE ONOMÁSTICO   | 495 |
| ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO   | 499 |

